



ATA DA 697ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO
FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO
DE 2020, VIA APLICATIVO ZOOM.

PARTICIPANTES: Os Economistas Antonio Corrêa de Lacerda – Presidente; Denise Kassama Franco do Amaral – Vice-Presidente; Conselheiros Federais: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, Eduardo Reis de Araújo, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Roberto Polli Lobo, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva. Conselheiros Suplentes convocados pelo rodízio: Omar Corrêa Mourão Filho. Convidados: Presidente do Corecon-PB, Econ. Celso Pinto Manguera e Conselheiro Federal João Bosco Ferraz de Oliveira. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Superintendente em exercício do Cofecon; Ana Claudia Ramos Pinto, Coordenadora do Cofecon; Fábio Ronan Miranda Alves, Procurador-Geral do Cofecon; Jane Lopes da Silva, Natália Lepsch Kenupp Batista e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, assessores do Cofecon; José Luiz Pereira Barboza, Técnico em Contabilidade e Danyel Willian Santos Teófilo, Assistente Técnico de Informática do Cofecon. *(áudio, manhã, 05.06 - 0:01 – 02:46:48)*

1. ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA: 1. Abertura da Sessão Plenária. 1.1. Justificativas de ausência e votação. O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, informou a impossibilidade de participação da Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda por motivos saúde na família, sendo substituída na ocasião pelo Conselheiro Federal Eduardo Reis de Araújo. **2. Expediente. 2.1. Ata da sessão plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da ata da 696ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada, realizada nos dias 06 e 07 de março de 2020, em Brasília-DF;** Após apreciação, a ata foi aprovada por unanimidade. **2.2. Informes da presidência;** O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda relatou os seguintes itens: 1) PEC 108/2019 e encaminhamentos Conselho. Informou que não há movimentação na Câmara dos Deputados desde as últimas audiências públicas realizadas no final de 2019 na Comissão de Constituição e Justiça. No âmbito do Conselho, está sendo trabalhada a formalização de um texto alternativo para ser apresentado. Todavia, não há notícias de avanço da matéria no âmbito do Conselho, possivelmente em razão das questões relacionadas à Pandemia. 2) Projetos de lei relativos à isenção de anuidades 2020. Apresentou sua preocupação com o tema e alertou que qualquer isenção de anuidades inviabilizará o funcionamento dos Conselhos. A estratégia será de rejeitar qualquer tipo de projeto nesse sentido, se isso não for possível, a próxima atuação será articular um



41 texto alternativo. 2.3. *Representação institucional e participação em eventos*; o
42 Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda apresentou suas
43 participações, conforme a seguir: - dia 11/03, ministrou aula magna para alunos do
44 curso de Ciências Econômicas, no Auditório Principal da Universidade São Judas -
45 Campos Mooca, em São Paulo-SP; e, dia 12/03, participou da mesa de abertura do IV
46 Fórum das Mulheres Economistas do Estado de São Paulo, na sede do Corecon-SP, em
47 São Paulo-SP. Na sequência relatou as participações em eventos virtuais: - dia 03/04,
48 participou de *live* realizada pelo Sindicato dos Engenheiros de São Paulo sobre o
49 impacto da pandemia global causada pelo novo coronavírus na economia nacional e as
50 medidas a serem tomadas; - dia 07/04, participou de mesa redonda virtual promovida
51 pela Frente Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz Jornal GGN sobre “Corona
52 Crise e a Transição: Convergência de Perspectivas”; - dia 08/04, participou de webinar
53 promovido pela Editora Contracorrente para discutir “Os impactos da Covid-19 na
54 Economia”, com a presença dos economistas Eduardo Fagnani, Luiz Gonzaga Belluzzo
55 e Rosa Marques, assim como do jurista Rafael Valim; - dia 21/04, participou como
56 debatedor do evento *online* Assembleia Permanente para a Eficiência Nacional
57 (ASPEN), promovido pelo Instituto BESC Humanidades e Economia, onde discutiu os
58 impactos da Covid-19 na economia e a retomada do crescimento econômico; - dia
59 23/04, participou de painel *online* promovido pelo mestrado profissional em
60 Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, da Pontifícia
61 Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde discutiu o tema “A pandemia de
62 Covid-19: a multidimensionalidade das políticas de saúde global e seus impactos nas
63 relações internacionais”; - dia 25/04, participou de *live* realizada pelo Conselho
64 Regional de Economia de Rondônia (Corecon-RO), por meio do projeto Economia
65 Online, sobre “Economia em tempos de pandemia”; - dia 02/05, participou de *live* com
66 os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia da Região Sul sobre “O
67 economista na sociedade em tempos de Covid-19 e a Região Sul do Brasil no pós-
68 pandemia”; - dia 08/05, participou de *live* promovida pelo Conselho Regional de
69 Economia de São Paulo (Corecon-SP) sobre “O papel do Estado na atual crise
70 brasileira”; - 14/05, participou de *live* com o Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto e
71 os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia da Região Nordeste sobre
72 “Recuperação econômica pós-crise”; - dia 21/05, participou de *live* da TV GGN, no
73 Youtube, para comentar os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 e a
74 conjuntura econômica; - dia 02/06, participou de *live* promovida pela Central de
75 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) sobre o tema “Imprimir dinheiro pra
76 quê?”. Participação de representantes institucionais, relacionados conforme eventos: -
77 no dia 11/03, o economista Júlio Miragaya participou do Seminário "O papel da
78 Reforma Tributária na redução de desigualdades no Brasil", organizado pela Fenafisco
79 e Oxfam Brasil e realizado no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, em
80 Brasília-DF; - no dia 12/03, a Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva
81 participou como palestrante do IV Fórum das Mulheres Economistas do Estado de São



82 Paulo, na sede do Corecon-SP, em São Paulo-SP; - no dia 30/04, os Conselheiros
83 Federais Lauro Chaves Neto e Eduardo Reis Araújo participaram de *live* promovida
84 pelo Cofecon na rede social *Instagram* para esclarecer dúvidas sobre o
85 “*coronavoucher*”; - no dia 07/05, a Presidente do Conselho Regional de Economia de
86 Pernambuco, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, participou de *live* promovida pelo
87 Cofecon na rede social *Instagram* sobre “O mercado de trabalho do economista pós-
88 coronavírus”; - no dia 14/05, o Conselheiro Federal Waldir Pereira Gomes participou
89 de *live* promovida pelo Cofecon no *Youtube* sobre Comunicação; - no dia 20/05, os
90 Presidentes dos Corecons Ceará, Alagoas e Sergipe participaram de *live* realizada pelo
91 Cofecon no *Youtube* sobre “Desenvolvimento regional e incentivos para o Nordeste”,
92 com mediação do Conselheiro Federal João Bosco Ferraz de Oliveira; - no dia 21/05, o
93 Conselheiro Federal Eduardo Reis Araújo participou de *live* promovida pelo Cofecon
94 no *Youtube* sobre “Medidas econômicas para os empresários durante a pandemia de
95 Covid-19”; no dia 27/05, os Presidentes dos Corecons Maranhão e Rio Grande do
96 Norte, e o Vice-Presidente do Corecon-BA participaram de *live* promovida pelo
97 Cofecon no *Youtube* sobre “Conjuntura econômica regional: análise atual e tendências
98 pós Covid-19”. O debate contou com a participação da Vice-Presidente do Cofecon,
99 Denise Kassama Franco do Amaral, e foi mediado pela Conselheira Federal Teresinha
100 de Jesus Ferreira da Silva; - no dia 28/05, a Economista Bruna Furlanetto participou de
101 *live* promovida pelo Cofecon na rede social *Instagram* sobre “Qualificação
102 profissional”; - no dia 28/05, o Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva
103 coordenou a realização da reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade
104 Social, via aplicativo *Zoom*; - nos dias 02 e 04/06, o Economista Marcelo Martinovich
105 realizou oficina gratuita, promovida pelo Cofecon no *Youtube*, sobre os temas:
106 Estratégia Corporativa, Gestão de Negócios, Custos, Política de Preços e Análise de
107 Resultados; - no dia 04/06, o Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa; o Vice-
108 Presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes, e o Economista Sílvio Lanna
109 participaram de *live* promovida pelo Cofecon no *Youtube*, em parceria com o Corecon-
110 MG, sobre o mercado de trabalho em Perícia Econômico-Financeira. O Presidente do
111 Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda participou de Matérias e Entrevistas, a
112 seguir relacionadas: - no dia 17/03, participou de entrevista ao R7 sobre a definição da
113 nova taxa de juros; - no dia 28/03, participou de entrevista ao UOL sobre aumento de
114 gastos do governo durante a crise; - no dia 31/03, participou de entrevista ao Valor
115 Econômico sobre keynesianismo nas ações governamentais; - no dia 01/04, participou
116 de entrevista ao Valor Econômico sobre as medidas anunciadas pelo governo para
117 combater a crise causada pelo novo coronavírus; - no dia 01/04, participou de entrevista
118 ao MoneyTimes sobre a crise causada pelo novo coronavírus; - no dia 02/04, participou
119 de entrevista ao Metrôpoles sobre o desempenho da balança comercial brasileira; - no
120 dia 11/04, participou de entrevista à Rede Brasil Atual sobre as ações adotadas pelo
121 governo para conter os efeitos da pandemia na economia; - no dia 13/04, participou de
122 entrevista à Isto É Dinheiro sobre o impacto na pandemia nos mercados globais; - no

123 dia 30/04, participou de entrevista à Rádio Bandeirantes sobre o plano Pró-Brasil; no
124 dia 05/05, contribuiu com o artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo sobre
125 Covid-19 e a economia brasileira; no dia 15/05, participou de entrevista à Carta Capital
126 sobre impressão de dinheiro em um cenário de crise; - no dia 25/05, participou de
127 entrevista ao UOL sobre os impactos do vídeo da reunião ministerial nos investimentos
128 estrangeiros no Brasil; e, - no dia 26/05, participou de entrevista à Rádio Bandeirantes
129 sobre os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. 2.4. *Correspondências*
130 *relevantes*; A relação de correspondências recebidas e ofícios expedidos foi
131 enviada aos Conselheiros Federais. O item não tem observação. 2.5. *Informes*
132 *dos coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon*;
133 Comissão de Tomada de Contas. O Presidente da Comissão, Econ. Carlos
134 Alberto Safatle, comunicou que recebeu cópia de comunicação da empresa
135 Implanta Informática enviada ao Corecon-AM, na qual a Implanta Informática
136 identificou que o Corecon-AM não realiza o processamento do arquivo retorno enviado
137 diariamente pelo Banco do Brasil. Nesse contexto, foram enviados ofícios n^{os} 268, 272
138 e 326/2020 que solicitaram ao Corecon-AM que justifique a não utilização da rotina
139 automatizada de processamento dos arquivos retorno enviados pelo Banco do Brasil,
140 os quais contêm o extrato de liquidação dos boletos emitidos, bem como que ajuste os
141 seus procedimentos operacionais internos passando a utilizar de forma imediata e
142 definitiva o processamento automático dos arquivos referenciados. A resposta enviada
143 pelo Corecon-AM não contemplou o solicitado e foi decidido a realização de auditoria,
144 assim que cessar pandemia. Comissão de Licitação. O Presidente da Comissão, Econ.
145 Eduardo Rodrigues da Silva, informou que não há licitação aberta e que o setor de
146 licitação do Cofecon está trabalhando na revisão dos contratos. Comissão de
147 Comunicação. O Coordenador da Comissão, Econ. Waldir Pereira Gomes, comunicou
148 aprovação e publicação da Revista Economistas com temática Covid-19, na qual os
149 economistas analisam cenários diante da pandemia. Disse ainda, que a próxima revista
150 será uma homenagem ao economista Celso Furtado. Por fim, parabenizou o trabalho de
151 toda a equipe do Cofecon. Comissão de Educação. A Coordenadora da Comissão, Econ.
152 Denise Kassama Franco do Amaral, mencionou que a comissão não parou, o Desafio
153 quero ser economista encerra nesta data e com divulgação dos ganhadores, falou que as
154 inscrições para o Prêmio Brasil e Concurso de Resenhas estão abertas. Haverá a
155 prorrogação das inscrições do concurso de resenhas, bem como a forma de inscrição
156 pelo estudante de economia e não mais somente o coordenador do curso de economia
157 da instituição de ensino. A comissão está realizando oficinas que são mini cursos
158 voltadas aos economistas direcionado para busca de recolocação e reinvenção
159 do profissional. Por fim, informou que a Gincana Nacional de Economia será
160 cancelada para este ano. Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização
161 e Qualidade da Gestão. O Coordenador da Comissão, Econ. Clovis Benoni
162 Meurer, relatou que foram realizadas reuniões, levantou o planejamento
163 estratégico dos exercícios anteriores do Cofecon. Realizou ainda, pesquisa



164 sobre a tramitação eletrônica de documentos. Comissão de Fiscalização e
165 Registro Profissional. O Coordenador da Comissão, Econ. Paulo Roberto Polli
166 Lobo, informou que a Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva
167 solicitou a divulgação de um trabalho de fiscalização realizado pelo Corecon-
168 DF a partir da utilização da RAIS/CBO. Sugeriu levar o tema ao SINCE para
169 divulgação na reunião com todos os fiscais no Encontro de Funcionários. Por
170 sua vez, a Conselheira Federal Econ. Mônica Beraldo Fabrício da Silva
171 esclareceu que gostaria que manual de fiscalização apresentasse a metodologia
172 do Corecon-DF. Solicitou apresentação dessa metodologia para a comissão de
173 fiscalização, que foi acatada pelo coordenador, o qual informou que a comissão
174 está à disposição para assistir à apresentação da metodologia, quando houve
175 plenária de forma presencial. Comissão de Normas e Legislação. O
176 Coordenador da Comissão, Econ. Antonio Melki Jr., mencionou que devido a
177 situação da pandemia, a programação de trabalho da comissão sofreu um
178 contratempo que teve como alternativa realizar reuniões virtuais, informou que está
179 analisando as várias resoluções que foram aprovadas *ad referendum* do plenário, e por
180 fim, abordou sobre a possibilidade de emitir uma identidade digital para os
181 economistas. Entretanto, como as universidades estão fechadas, não há registro de
182 novos profissionais. Então, talvez a questão da identidade digital poderá ser trabalhada
183 no próximo exercício. O Conselheiro Federal, Econ. Eduardo Rodrigues da Silva
184 esclareceu que são 66 (sessenta e seis) universidades federais e dessas apenas 6 (seis)
185 em funcionamento durante a pandemia. Apenas as instituições privadas de ensino estão
186 trabalhando com regime de aulas remotas. Comissão de Desenvolvimento Regional. O
187 Coordenador da Comissão, Econ. Lauro Chaves Neto, informou a realização
188 encontro virtual com todos os membros da comissão, que elaborou uma minuta
189 de nota técnica sobre a pandemia e a desigualdade regionais para apreciação
190 nesta plenária. A próxima nota técnica que será estudada pelos membros da
191 comissão é sobre a renda mínima e renda básica. Durante esse período, com o
192 objetivo de fomentar a discussão regional, foram realizadas virtuais com os
193 Presidentes da Região Nordeste que geraram debates; com os Presidentes da
194 Região Sul foi deliberado que o Enesul será virtual; com os Presidentes da
195 Região Sudeste decidiu-se pela realização de um debate sobre economia
196 regional com foco na economia da saúde; com os Presidentes da Região Centro
197 Oeste decidiu-se pela realização de um debate sobre agronegócio com foco nas
198 pequenas empresas e a economia regional; e com os Presidentes da Região do
199 Norte ainda busca-se um consenso sobre as atividades a serem realizadas. O
200 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neta informou o falecimento
201 do Economista Carlos Lessa e propôs uma moção de pesar e uma nota no site
202 do Cofecon. O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, acatou
203 as propostas de moção e nota, que foram aprovadas pelo plenário do Cofecon.
204 Comissão de Previdência Social. O Coordenador da Comissão, Econ. Fernando



205 de Aquino Fonseca Neto, apresentou ao plenário uma proposta de convênio de
206 previdência complementar para os economistas, conforme cotação a seguir
207 mencionada: FIPECq rentabilidade: - 2016 (15,1%); - 2017 (10,3%); - 2018
208 (8,8 %) e - 2019 (13,6%). Alocação: Fixa (76%); Variável (15%) e Estruturados
209 (9%). Encargos: Tx adm (0,40%) Tx Carreg. 0% a 2%. SebraePrev
210 rentabilidade: - 2016, 2017, 2018 e 2019 (7,7%). Alocação: Fixa (91%);
211 Variável (1%) e Estruturados (8%). Encargos: Tx adm (0,85%) Tx Carreg. 0%.
212 Funcesp rentabilidade: - 2016 (18,5%); - 2017 (12,7%); - 2018 (13,9 %) e -
213 2019 (17,3%). Alocação: Fixa (78%); Variável (20%) e Estruturados (2%).
214 Encargos: Tx adm (0,40%) Tx Carreg. 0%. BBprev (2019) rentabilidade: - 2016
215 (19%); - 2017 (12,3%); e - 2018 (11,1 %). Alocação: Fixa (83%); Variável
216 (12%) e Estruturados (5%). O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de
217 Lacerda, sugeriu ao conselheiro documentar e encaminhar a exposição de
218 motivos da proposta, a qual será autuada em processo administrativo a ser
219 distribuído ao setor jurídico, às comissões competentes para análise e, por fim,
220 ao plenário do Cofecon para deliberação. A sugestão do presidente foi acatada
221 pelo Plenário. Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e
222 Arbitragem. O Coordenador da Comissão, Econ. Paulo Dantas da Costa,
223 informou da realização da *live* sobre perícia com excelente repercussão.
224 Comissão de Reforma Tributária. O Coordenador da Comissão, Econ. Paulo
225 Dantas da Costa, relatou que os parlamentares que tratam sobre reforma
226 tributária não analisam o assunto com profundidade, uma vez que se discute o
227 acessório e não o principal. O Cofecon poderia se posicionar sobre o tema,
228 considerando a proposta de tributação de grandes fortunas. O Presidente do
229 Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, acatou a sugestão de contribuição da
230 comissão. Comissão Mulher Economista. A Coordenadora da Comissão, Econ.
231 Mônica Beraldo Fabrício da Silva, informou que foi realizada uma reunião
232 virtual no dia 20 de maio de 2020, na referida reunião foram apresentados
233 nomes para concorrerem ao Prêmio Mulher Economista e Prêmio Mulher
234 Transformadora. Comissão de Ações para Redução da Concentração de Renda
235 e Desigualdade Social no Brasil. O Coordenador da Comissão, Econ.
236 Wellington Leonardo da Silva, comunicou a realização da reunião do Fórum
237 Nacional pela Redução da Desigualdade Social, no dia 28 de maio, pelo
238 aplicativo *zoom*. Mencionou que a segunda edição da revista Justiça Social está
239 pronta, encontra-se no *site* do Cofecon e aguarda a arrecadação dos membros
240 do Fórum para a impressão de 5 000 (cinco mil) exemplares. Caso não seja
241 possível atingir o valor para a confeccionar da tiragem almejada, a quantidade
242 de tiragem será reduzida. O Coordenador defendeu que o Cofecon se
243 comprometeu com R\$ 2000,00 (dois mil reais) e a diagramação da revista que
244 foi realizada pela equipe do Cofecon, conforme acordado no exercício anterior,
245 na sua gestão como Presidente do Cofecon. Grupo de Trabalho Estatísticas



246 Econômicas. O Coordenador do GT, Econ. Heric Santos Hossoé, comentou que
247 a realização de reunião virtual tendo como meta as ações de reformulação de
248 dados estatísticos para a divulgação aos profissionais economistas. Grupo de
249 Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária. A Coordenadora do
250 GT, Econ. Denise Kassama Franco do Amaral, informou que o grupo se
251 reinventou, realizou reuniões virtuais e indicou nomes para concorrer ao
252 Prêmio Mulher Transformadora. O GT tem atuado nas oficinas para ajudar o
253 público que não é economista e necessita se reinventar. Grupo de Trabalho
254 Redução de Gastos do Conselho Federal de Economia. O Coordenador do GT,
255 Econ. Paulo Roberto Polli Lobo mencionou que sua sugestão seria a reduzir os
256 gastos de passagens aéreas e diárias, mas com a pandemia do Covid 19 isso está
257 contemplado. Grupo de Trabalho – Estudar a filiação de Mestres e Doutores. O
258 Coordenador do GT, Econ. Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, lembrou que
259 o grupo surgiu a partir de uma deliberação do último Since. Informou a
260 realização de reunião virtual com os membros do grupo, que foi produtiva. O
261 membro do grupo e Vice-Presidente do Corecon-DF, Econ. Eloy Corazza
262 apresentou ao grupo sua nota técnica onde aborda que o Ministério do Trabalho
263 entende que é suficiente para o exercício da economia a graduação ou pós
264 graduação em economia. O GT está aprofundando nessa discussão e apresentará
265 relatório ao Plenário. *2.6. Informes dos conselheiros federais.* O Conselheiro
266 Federal, Econ. Lauro Chaves Neto, ressaltou a atuação da equipe do Cofecon,
267 principalmente nessa situação de pandemia. O Conselheiro Federal, Econ.
268 Wellington Leonardo da Silva, informou a atuação do Econ. Carlos Lessa na
269 ditadura, um dos responsáveis pela criação do movimento de economistas no
270 RJ. Lembrou que o economista Celso Furtado era registrado no Corecon-RJ e
271 sempre esteve adimplente. Comunicou que o boletim da AEALC está na página
272 do Cofecon, foi encaminhado para divulgação nos sites dos Conselhos de
273 Economia da América Latina e o Caribe. Lembrou que o manual de
274 fiscalização já está pronto desde a sua gestão, o qual teve sua origem no
275 Encontro de Funcionários ocorrido em 2019. Outrossim, informou que como
276 coordenador da comissão do CBE, enviou mensagens eletrônicas com o
277 regimento do Congresso e solicitou que os membros propusessem as mudanças.
278 *(áudio, tarde, 05.06 - 03:58:03 – 04:15:14)* O Conselheiro Federal Fernando
279 de Aquino Fonseca Neto informou que foi realizada pesquisa entre os
280 Conselhos Regionais sobre o recebimento das anuidades por meio de cartão de
281 crédito, sendo que 11 (onze) utilizam cartão de crédito e 15(quinze) não. Propôs
282 ao plenário um protocolo de intenções com as operadoras com objetivo de
283 negociar taxas melhores para os Conselhos Regionais utilizarem. Visando
284 facilitar o pagamento das anuidades pelos economistas e melhorar a
285 arrecadação no Sistema Cofecon/Corecons. O Conselheiro Federal, Econ.
286 Antonio Melki Jr., sugeriu abertura de processo com exposição de motivos,



287 providenciar parecer jurídico dentro outras formalidades para depois se
288 submetida ao plenário. O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de
289 Lacerda, acatou a sugestão. Em continuação, o Conselheiro Federal Fernando
290 de Aquino Fonseca Neto apresentou pacotes de serviços do Banco do Brasil
291 para os profissionais liberais, contemplando plano de benefício para os
292 economistas registrados. O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de
293 Lacerda, deu o mesmo encaminhamento do item anterior. (*áudio, manhã, 05.06*
294 *– 2:47:04 – 2:56:36*). **3. Ordem do Dia.** 3.1. Decisões *Ad Referendum* do Plenário.
295 3.1.1. *Resolução nº 2.039, de 13 de março de 2020: Estabelece medidas temporárias*
296 *de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), considerando a*
297 *classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - (Processo nº*
298 *19.342/2020); 3.1.2. Resolução nº 2.040, de 18 de março de 2020: Altera a Resolução*
299 *nº 2.039, de 13 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção*
300 *ao contágio pelo novo Coronavírus (Processo nº 19.342/2020); 3.1.3. Resolução nº*
301 *2.041, de 26 de março de 2020: Dispõe sobre a não incidência de juros, multa,*
302 *correção monetária e demais encargos sobre débitos, com vencimento no período de*
303 *31 de março de 2020 a 30 de junho de 2020, devidos pelas pessoas físicas e jurídicas*
304 *inscritas nos Conselhos Regionais de Economia - Corecons, e dá outras providências*
305 *(Processo nº 19.342/2020); 3.1.4. Resolução nº 2.042, de 06 de abril de 2020: Autoriza*
306 *a realização de Sessões Plenárias virtuais, por videoconferência, no âmbito do Sistema*
307 *Cofecon/Corecons, durante o período de calamidade pública no Brasil decorrente da*
308 *Covid-19, e define os procedimentos a serem observados (Processo nº 19.342/2020);*
309 *3.1.5. Resolução nº 2.043, de 23 de abril de 2020: Institui medidas excepcionais para*
310 *o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no âmbito*
311 *do Sistema Cofecon/Corecons, e dá outras providências (Processo nº 19.342/2020);*
312 *3.1.6. Resolução nº 2.044, de 07 de maio de 2020: Inclui dispositivo à Resolução nº*
313 *2.043, de 23 de abril de 2020, a qual institui medidas excepcionais para o*
314 *enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no âmbito do*
315 *Sistema Cofecon/Corecons (Processo nº 19.342/2020); 3.1.7. Resolução nº 2.045, de*
316 *07 de maio de 2020: Altera dispositivos do Anexo da Resolução nº 2.027/2019 que*
317 *dispõe sobre o Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia – Cofecon e*
318 *da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – Ange*
319 *(Processo nº 19.225/2020). O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de*
320 *Lacerda, colocou em votação em bloco os itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5, 3.1.6 e*
321 *3.1.7 que são ad referendum do plenário. Em votação, as resoluções foram*
322 *homologadas por unanimidade. (áudio, tarde, 05.06 - 04:15:14 – 06:09:27)* 3.2.
323 *Informes sobre a situação financeira e orçamentária do Cofecon em*
324 *decorrência da pandemia de COVID 19 (Processo nº 19.354/2020); O*
325 *Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou o relato*
326 *do item esclareceu que se justifica pela queda da receita de 25% (vinte e cinco por*
327 *cento). Devida a pandemia algumas medidas já foram adotadas sendo elas: isolamento*



328 social e realização de plenária virtual, além das medidas em curso de cortes de gastos.
329 Nesse contexto, apresentou ao plenário medidas para contenção de gastos para
330 aprovação, sendo elas: transferência de encontro funcionários para 2021, produção de
331 3(três) edições da revista Economistas de forma virtual, campanha do dia do economista
332 de forma virtual, cautela quanto as emissões de passagens aéreas e diárias buscar usar
333 vídeo conferência para as reuniões, reavaliar o programa de auditoria, reavaliar os
334 pedidos de auxílio financeiro e não concessão de INPC nas diárias. Transferência da
335 entrega dos Prêmios: Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômico do Ano,
336 Destaque Econômico do Ano, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher
337 transformadora e concurso de resenha para 2021. Após discussão sobre a transferência
338 da entrega dos prêmios, o Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. propôs transferir a
339 premiação para a cerimônia de posse da diretoria eleita do Cofecon para 2021. O
340 Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou para votação
341 proposta 1 – cancelamento dos prêmios em aberto e proposta 2 – adiar os prêmios para
342 2021. Em votação, a proposta 1 obteve apenas 3(três) votos, sendo eles: Clovis Benoni
343 Meurer, Eduardo Reis de Araújo e Paulo Dantas da Costa. Proposta 2, vencedora,
344 obteve 6(seis) votos, sendo eles: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki
345 Jr., Denise Kassama Franco do Amaral, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Waldir
346 Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva. Ausente o Conselheiro Federal, Econ.
347 Carlos Alberto Safatle. As demais medidas, sendo elas: transferência de encontro
348 funcionários para 2021, produção de 3(três) edições da revista Economistas de forma
349 virtual, campanha do dia do economista de forma virtual, cautela quanto as emissões
350 de passagens aéreas e diárias buscar usar vídeo conferência para as reuniões, reavaliar
351 o programa de auditoria, reavaliar os pedidos de auxílio financeiro e não concessão de
352 INPC nas diárias foram aprovadas por unanimidade. *3.3. Prorrogação do prazo de*
353 *vigência do Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários do Cofecon, nos termos do*
354 *artigo 30 da Medida Provisória 927/2020 (Processo nº 18.808/2019);* O Presidente
355 do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou que há uma comissão de
356 negociação coordenada pela Vice-Presidente do Cofecon, Econ. Denise Kassama
357 Franco do Amaral, e composta pelos Conselheiros Federais Eduardo Rodrigues da Silva
358 e Mônica Beraldo Fabrício da Silva. Será submetido à Comissão o item da prorrogação
359 do prazo de vigência do Acordo Coletivo de Trabalho. O Presidente do Cofecon, Econ.
360 Antonio Corrêa de Lacerda, propôs suprimir o reajuste do INPC aos funcionários do
361 Cofecon. O Conselheiro Federal Econ. Wellington Leonardo da Silva propôs aplicar o
362 reajuste de 2,46% do INPC para os funcionários do Cofecon, justificando que há outros
363 cortes de gastos. Nesse contexto, foram votadas duas propostas. Proposta 1 – aplicação
364 do reajuste de 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento), e Proposta 2 – não
365 conceder o reajuste, congelando os salários. A Proposta 1, vencedora, obteve 8 (oito)
366 votos, sendo eles: Antonio Melki Jr., Antônio Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama
367 Franco do Amaral, Heric Santos Hossoé, Maurílio Procópio Gomes, Paulo Dantas da
368 Costa, Paulo Roberto Polli Lobo, com ressalva de assinatura de acordo, e Wellington



369 Leonardo da Silva. A Proposta 2 obteve 7 (sete) votos, sendo eles: Clovis Benoni
370 Meurer, Eduardo Reis de Araújo, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Lauro Chaves
371 Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Waldir
372 Pereira Gomes. Duas ausências, sendo elas: Carlos Alberto Safatle e Eduardo
373 Rodrigues da Silva. (áudio, tarde, 05.06 - 02:57:04 – 03:57:40) 3.4. Alteração
374 do Calendário de Eventos do Sistema Cofecon/Corecons (Processo nº
375 19.256/2020); 3.4.1. XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia –
376 SINCE; O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, passou a
377 palavra ao Presidente do Corecon-PB, Econ. Celso Pinto Manguera, o qual
378 relatou que com a pandemia a organização teve dificuldade para contatar os
379 patrocinadores. Informou dificuldade em realizar o Since de forma presencial,
380 pois as parcerias com as instituições privadas e os Conselhos estão com
381 restrições orçamentárias. Comunicou que há uma reserva de local para
382 realização do evento e que há um prazo para confirmação. Informou, ainda, que
383 há esperança para a realização do Since de forma presencial, evento de suma
384 importância para o Sistema Cofecon/Corecons, bem como para a cidade de João
385 Pessoa, por se comemorar o centenário de Celso Furtado. O Presidente do
386 Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou a possibilidade de
387 realizar no mês de novembro, dependendo da situação da pandemia. O
388 Conselheiro Federal Econ. João Bosco Ferraz de Oliveira informou que um dos
389 patrocinadores, que pertence ao grupo Renault, está com risco de parar as
390 produções de veículos devido à situação da pandemia. Os bancos públicos e
391 privados estão todos envolvidos com a questão do auxílio emergencial para os
392 vulneráveis, bem como empréstimos para subsistências das pequenas e médias
393 empresas. Refletiu, ainda, que quando a questão sanitária for resolvida haverá
394 uma questão financeira que dificultará a realização do Since. Após discussão,
395 diante da impossibilidade de realização do Since no mês setembro devido à
396 pandemia e da incerteza da viabilidade de realização no mês de novembro, o
397 Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, decidiu postergar a
398 decisão em próxima plenária. Houve uma segunda proposta, de delegar a
399 decisão de realização ou não do Since para o Presidente do Cofecon e a
400 Comissão do Since. Em votação, a segunda proposta teve dois votos favoráveis,
401 sendo eles: Eduardo Reis de Araújo e Fernando de Aquino Fonseca Neto. A
402 primeira proposta foi vencedora por maioria dos votos. 3.4.2. Demais eventos.
403 Item já contemplado. (áudio, tarde, 05.06 - 06:09:04 – 06:11:04) 3.5.
404 Calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no
405 exercício de 2020 (Processo nº 19.314/2020); O Conselheiro Federal Econ.
406 Antonio Melki Jr. apresentou o item, confirmando a realização das eleições
407 normalmente, uma vez que se trata de eleições eletrônicas. Não houve alteração
408 no calendário, apenas uma novidade: a utilização do código *hash* para que não
409 haja manipulação da base de dados eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons. Em



410 votação, aprovado por unanimidade. (*áudio, tarde, 05.06 – 06:25:55 – 6:55:04*)
411 *3.6. Prêmio Mulher Economista do Ano (Processo nº 19.313/2020)*; A Conselheira
412 Federal Econ. Mônica Beraldo Fabrício da Silva apresentou o relato do item,
413 esclarecendo sobre o regulamento que menciona que o Conselho Federal, em sessão
414 plenária, formará, em votação secreta, lista décupla com nomes de economistas, a ser
415 submetida aos Conselhos Regionais e posterior indicação da agraciada em cada ano; -
416 os Conselhos Regionais, por meio dos respectivos Plenários, formarão lista tríplice
417 dentre a lista a que se refere o inciso anterior, podendo acrescentar mais um nome de
418 economista, de livre escolha, acompanhado da respectiva justificativa da indicação; –
419 entre os 3 (três) nomes mais indicados pelos Conselhos Regionais, o Conselho Federal
420 escolherá em votação secreta a agraciada, que deverá receber mais da metade dos votos
421 na sessão plenária. A Relatora, Conselheira Federal Econ. Mônica Beraldo Fabrício da
422 Silva, informou que no dia 20 de maio a Comissão da Mulher Economista reuniu-se
423 por meio do aplicativo *zoom* e selecionou os seguintes nomes para concorrer ao Prêmio
424 Mulher Economista: Ana Carla Abrão, Aniram Lins Cavalcante, Anna Lygia Costa
425 Rego, Claudine Furtado Anchite Fernandes, Denise Lobato Gentil, Eliana Cardoso,
426 Ermelinda Maria Uber Januário, Esther Dweck, Eulália Alvarenga, Eveline Barbosa
427 Silva Carvalho, Júnia Rodrigues de Alencar, Laura Barbosa de Carvalho, Leda Maria
428 Paulani, Natalie Pacheco Victal de Oliveira e Samira Schatzmann. *3.7. Prêmio Mulher*
429 *Transformadora (Processo nº 19.317/2020)*; A Conselheira Federal Econ. Mônica
430 Beraldo Fabrício da Silva apresentou o relato do item, esclarecendo o regulamento, que
431 menciona que o Conselho Federal, em sessão plenária, formará, em votação secreta,
432 lista sêxtupla com nomes de mulheres transformadoras, acompanhada das respectivas
433 justificativas, a ser submetida aos Conselhos Regionais para posterior indicação da
434 agraciada em cada ano; – os Conselhos Regionais, por meio dos respectivos Plenários,
435 formarão lista tríplice dentre a sêxtupla a que se refere o inciso anterior, podendo
436 acrescentar mais um nome de mulher transformadora, acompanhado da respectiva
437 justificativa, de livre escolha; – entre os 3 (três) nomes mais indicados pelos Conselhos
438 Regionais, o Conselho Federal escolherá em votação secreta a agraciada, que deverá
439 receber mais da metade dos votos na sessão plenária. A Relatora informou que no dia
440 20 de maio a Comissão da Mulher Economista reuniu-se por meio de aplicativo *zoom*
441 e selecionaram os seguintes nomes para concorrer ao Prêmio Mulher Transformadora:
442 Alice Kuerten, Beatriz Cerqueira, Cíntia Aldaci da Cruz, Cristina Castro, Fátima
443 Guerra, Irmã Francisca Erbenia Sousa, Irmã Lourdes Dill, Luana Génot, Lucia
444 Dellagnelo, Luciana Barreto Van Tol, Maria Aparecida Bento, Maria de Fátima Lage
445 Guerra, Maria Dirlene Trindade Marques, Marilene Alves de Souza (Leninha),
446 Meiriane Nunes Amaro, Neusa Ferreira, Nina Silva, Sônia Nascimento, Suellen Ramos,
447 Ticiane Rolim Queiroz, Vera Maria Neves Victor Ananias e Viviane Duarte. O
448 Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou o seguinte
449 encaminhamento: que a lista com os nomes e os currículos das concorrentes ao Prêmio
450 Mulher Economista e ao Prêmio Mulher Transformadora seja enviada via mensagem



451 eletrônica e na próxima plenária os Conselheiros Federais trarão os seus votos. (*áudio,*
452 *tarde, 05.06 - 06:12:25 - 06:24:41*). **4. Apreciação de Processos**
453 **Administrativos 4.1. Processos Administrativos.** Relatoria: Comissão de
454 Fiscalização e Registro Profissional. O Coordenador da Comissão, Econ. Paulo
455 Roberto Polli Lobo, apresentou os processos e os seus votos, conforme a seguir:
456 - Processo: 18.840/2018 (Corecon-DF), Interessado: Salomão Carvalho de
457 Oliveira - Não homologa cancelamento e remissão de débitos. - Processo:
458 18.710/2018 (Corecon-RJ), Interessado: Fabio Pinto Palmeira - Indefere
459 Recurso: parcelamento de débitos. - Processo: 18.385/2018 (Corecon-RJ),
460 Interessado: Eduardo Pedral Sampaio Fiuza; - Processo: 18.682/2018 (Corecon-
461 MG), Interessado: Pedro Henrique Linhares de Pinho; - Processo: 18.707/2018
462 (Corecon-RJ), Interessado: Frederico Martins dos Santos; - Processo:
463 18.755/2018 (Corecon-SP), Interessado: Eduardo Marques da Costa Jacomassi;
464 - Processo: 18.756/2018 (Corecon-SP), Interessado: Rodnei Leandro Guariza;
465 - Processo: 18.757/2018 (Corecon-SP), Interessado: Paulo Roberto Pusset; e -
466 Processo: 19.039/2019 (Corecon-RJ), Interessada: Ana Paula Gouvêa Costa -
467 Indefere Recursos: Cancelamento de registro. - Processo: 18.694/2018
468 (Corecon-SC), Interessada: Âncora Assessoria e Consultoria; - Processo:
469 18.709/2018 (Corecon-RJ), Interessada: Danielle Couto Doyle Ferreira; -
470 Processo: 18.754/2018 (Corecon-SP), Interessada: Alessandra Mello
471 Nakayama e Processo: 18.758/2018 (Corecon-SP), Interessado: Carlos Abel
472 Alves Souza. - Não conhece recurso: Cancelamento de registro. Processo:
473 18.759/2018 (Corecon-SP), Interessado: Moacir Roberto Boscolo. - Defere
474 Recurso: Cancelamento de registro. - Processo: 18.854/2019 (Corecon-TO,
475 Interessada: Eliane Ines Delai Langer; - Processo: 19.020/2019 (Corecon-SP),
476 Interessado: Roberto Uchoa Netto. - Baixa em diligência. - Processo:
477 18.705/2018 (Corecon-RJ), Interessado: Carlos Alberto Rodrigues Nogueira; -
478 Processo: 18.708/2018 (Corecon-RJ), Interessada: Betina Jessula Grinspun; -
479 Processo: 18.711/2018 (Corecon-RJ), Interessado: Marvio de Brito Mourelle e
480 - Processo: 18.713/2018 (Corecon-RJ), Interessado: Jorge Roberto Paes de
481 Carvalho - Indefere Recurso: Remissão de débitos.- Processo: 18.706/2018
482 (Corecon-RJ), Interessado: Wagner de Menezes Vaz e Processo: 19.142/2019
483 (Corecon-SE), Interessada: Maria Darcy Alves dos Santos. Não conhece
484 Recurso: Remissão de débitos. - Processo: 18.749/2018 (Corecon-PR),
485 Interessado: Carlos Alberto lopes Pequito - Indefere recurso: exercício ilegal
486 da profissão. - Processo: 18.750/2018 (Corecon-PR), Interessado: Roger Gonçalves
487 Guimarães e Processo: 18.751/2018 (Corecon-PR), Interessada: SVI Assessoria Ltda.
488 Não conhece recurso: exercício ilegal da profissão. O Conselheiro Federal
489 Econ. Wellington Leonardo da Silva solicitou esclarecimento quanto ao voto
490 do relator no processo 18.759/2018 (Corecon-SP). O Relator disse que no processo
491 o economista Moacir Roberto Boscolo alega não exercer atividade de

492 economista. O Corecon/SP indeferiu o pedido de cancelamento de registro A
493 Procuradoria Jurídica do Cofecon (Parecer nº 54/2020) opina pelo
494 conhecimento do “recurso” interposto, posto que ele satisfaz as exigências
495 previstas nas normas de regência, e, quanto ao mérito, pelo provimento, uma
496 vez que a apresentação da última Declaração do Imposto de Renda não
497 constituiu documento necessário ao cancelamento do registro profissional, mas
498 tão somente para configuração da situação descrita no § 2º do art. 15 da
499 Resolução nº 1.945/2015, o que não é o caso em análise. Diante disso, o voto
500 do relator é pelo deferimento do recurso de cancelamento de registro. Após
501 esclarecimentos, os processos foram colocados em votação e aprovados pela
502 maioria. O Conselheiro Federal Econ. Wellington Leonardo da Silva absteve-
503 se de votos nos processos originados pelo Conselho Regional de Economia da
504 1ª Região – RJ, bem como foi voto contrário ao do relator no Processo
505 18.759/2018 (Corecon-SP). 4.2. *Processo administrativo*. Relatoria: Comissão de
506 Educação. A Coordenadora da Comissão, Econ. Denise Kassama Franco do
507 Amaral, relatou o Processo 19.351/2020 (Corecon-PE), que trata de auxílio
508 financeiro para a realização do XIV Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa.
509 Valor Solicitado: R\$ 3.000,00. A Relatora apresentou o parecer pelo indeferimento do
510 auxílio financeiro, em função da situação econômica do Cofecon e em razão do que foi
511 decidido sobre corte de gastos no item 3.2. desta pauta. O item foi colocado em
512 votação e aprovado por unanimidade. (áudio, tarde, 05.06 –6:55:08 -08:00:59).

513 **5. Notas Oficiais.** 5.1. *Conjuntura Econômica*. Relatoria: Comissão de Política
514 Econômica. Após apreciação da nota apresentada pelo Conselheiro Federal
515 Fernando de Aquino Fonseca Neto, o texto foi aprovado da seguinte forma: “A
516 *política econômica durante e após a pandemia. A conjuntura mundial gerada pela*
517 *pandemia de coronavírus propiciou um consenso incomum entre a grande maioria dos*
518 *economistas em torno da política econômica mais adequada. Em linhas gerais, seria*
519 *eleva os gastos públicos tanto para minimizar o sofrimento e a perda de vidas e*
520 *amenizar a contração da economia, durante a sua incidência no país, quanto para*
521 *recuperar a atividade econômica, logo que as condições de disseminação estejam*
522 *controladas. Em relação às medidas durante o período de incidência, estamos*
523 *alinhados com as recomendações científicas de distanciamento social, independente*
524 *de seus efeitos sobre a economia. O que os governos em geral devem fazer, para reduzir*
525 *esses efeitos, é conceder uma renda mínima a todos os que não conseguirem manter*
526 *esse mínimo – como os desocupados do setor informal e os desempregados devido à*
527 *pandemia – e disponibilizar crédito, principalmente para as micro, pequenas e médias*
528 *empresas, em condições de juros, prazos e carências compatíveis com seus*
529 *faturamentos presentes e futuros. Essas medidas sustentarão a demanda por bens e*
530 *serviços essenciais e o funcionamento de muitas empresas, reduzindo a queda no*
531 *emprego e na arrecadação. Todavia, é de fundamental importância que tais recursos*
532 *atinjam, efetivamente, os objetivos pretendidos, os seja, que se façam esforços para*

533 *que protocolos existentes antes da pandemia e as restrições operacionais de sempre*
534 *não inviabilizem os programas implantados. Para recuperar a atividade econômica,*
535 *continuar aumentando gastos públicos trará resultados melhores e mais rápidos,*
536 *principalmente em obras de infraestrutura e programas de ciência, tecnologia e*
537 *inovação, por ambos gerarem demanda elevando o retorno de investimentos privados.*
538 *O financiamento privado, desses ou outros dispêndios, tende a ocorrer após a demanda*
539 *chegar para a própria empresa, sobretudo nessa conjuntura tão adversa. Também os*
540 *investimentos estrangeiros, que estariam mais associados a estratégias de longo prazo*
541 *das cadeias globais de valor, tendem a se manter bem restritos. Tanto durante quanto*
542 *após a incidência da pandemia, as elevações de gastos públicos são a melhor*
543 *estratégia, mesmo com conseqüente aumento imediato no endividamento público, pois*
544 *a receita com tributos que propiciará ao elevar a atividade econômica já assegurará*
545 *ao menos parte do seu financiamento. Caso esse financiamento não seja suficiente,*
546 *existe espaço para uma reforma tributária que eleve a arrecadação com uma*
547 *tributação mais progressiva sobre renda e patrimônio, com imposto de renda sobre*
548 *dividendos e lucros distribuídos e elevação de impostos sobre rendimentos financeiros*
549 *e propriedades de altos valores. De todo modo, é preciso esclarecer que o*
550 *endividamento muitas vezes é a melhor escolha. Seus limites são controversos, mas é*
551 *certo que, com os recursos ociosos atuais, a economia brasileira está longe dos efeitos*
552 *nocivos de sua elevação. Uma preocupação mais premente com o crescimento do*
553 *endividamento seria em relação ao risco de fuga de capitais. Contudo, na atual*
554 *conjuntura esse risco estaria diluído pelo mesmo crescimento nos países em geral.*
555 *Enfim, as nações estão todas na mesma tempestade, embora com embarcações*
556 *diferentes. Mesmo assim, o governo brasileiro mantém uma preocupação excessiva*
557 *com a dívida pública. Continua apostando em sua redução e controle para incentivar*
558 *o dispêndio privado, mesmo que essa estratégia venha sendo adotada desde 2015,*
559 *levando a resultados contrários aos que dizem pretender. O país empobrece*
560 *continuamente, com o PIB real per capita de 2019 correspondendo a 92% do valor de*
561 *2014, devendo ficar abaixo de 88% após a pandemia. Recomendamos uma política*
562 *econômica voltada para a minimização do sofrimento e mortes causadas pela*
563 *pandemia e a sustentação da demanda das famílias e funcionamento das empresas,*
564 *assim como estímulos para retomada da atividade econômica. Não serão suficientes*
565 *iniciativas espontâneas do setor privado, muito menos movimentos favoráveis do setor*
566 *externo, ainda mais nessa grave crise econômica mundial. Assim como os países*
567 *afetados em geral, devemos contar com a indispensável participação do Estado”. 5.2.*
568 *Desenvolvimento Regional. Relatoria: Comissão de Desenvolvimento*
569 *Regional. A Comissão de Desenvolvimento Regional do Cofecon, coordenada pelo*
570 *Conselheiro Federal Econ. Lauro Chaves Neto, elaborou a nota técnica “A pandemia e*
571 *as desigualdades regionais”. A nota foi discutida e aprovada com a seguinte redação:*
572 *“A sociedade mundial se depara no momento com dois graves problemas interligados*
573 *e de difícil solução: a pandemia da Covid-19 e as conseqüências econômicas do*

574 *isolamento da população, medida recomendada pela Organização Mundial da Saúde.*
575 *O isolamento da população, seguido pela maioria dos países como tentativa de conter*
576 *a propagação do vírus e que consideramos necessário, faz parte da expertise de*
577 *infectologistas e epidemiologistas. Quanto aos efeitos colaterais do isolamento social*
578 *sobre a atividade econômica, refletidos no fechamento da indústria, comércio e*
579 *serviços, temos o que dizer e propor dentro da responsabilidade social do exercício da*
580 *profissão, até porque os brasileiros são atingidos de forma extremamente desigual. O*
581 *Brasil ficou na 79ª posição no último ranking do Índice de Desenvolvimento Humano*
582 *(IDH) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),*
583 *referente a 2018. Entre os países da América do Sul, Brasil e a Colômbia apareceram*
584 *empatados na quarta posição, com 0,761. O primeiro lugar ficou com Chile (42º na*
585 *colocação geral), seguido de Argentina (48º) e Uruguai (57º), respectivamente. O*
586 *relatório também apontou que o país tem a 2ª maior concentração de renda do mundo,*
587 *com 1/3 de todas as riquezas nas mãos do 1% mais rico, ficando atrás apenas do Catar.*
588 *Deve-se ressaltar que além desse gap referente ao desenvolvimento, o Brasil é um país*
589 *com extremos desequilíbrios territoriais e sociais. As assimetrias regionais na*
590 *estrutura produtiva são muito acentuadas, assim como os indicadores de desocupação*
591 *e informalidade no mercado de trabalho, de concentração de renda e de pobreza. O*
592 *Brasil combina um conjunto preocupante de fragilidades que, somadas, explicam a*
593 *rápida disseminação do patógeno em várias grandes metrópoles brasileiras, bem como*
594 *determinam que a luta contra a pandemia será bem mais longa e penosa do que se*
595 *pensou inicialmente. Na situação em que estamos, a ampliação de infraestrutura*
596 *hospitalar necessária para tratar os casos graves da doença se expande em taxa*
597 *aritmética, enquanto o contágio avança em progressão geométrica. Uma confluência*
598 *de fatores negativos contribui para isto, como o empobrecimento da população após*
599 *recessão brutal, que reduziu 10% da renda da população per capita, entre 2015-16,*
600 *com crescimento lento no triênio seguinte, e o déficit habitacional elevado, com*
601 *reduzido acesso a saneamento básico e adensamento de moradias, além de elevado*
602 *número de pessoas coabitando. A Constituição de 1988 projetou mecanismos de*
603 *redução das desigualdades sociais e regionais que são elementos centrais para o*
604 *desenvolvimento do País. A efetividade dessas políticas redistributivas depende,*
605 *simultaneamente, da expansão da economia brasileira e de um padrão de*
606 *desenvolvimento que integre as diversas regiões do País, frente aos desequilíbrios*
607 *regionais históricos. Sabe-se que estes são o resultado de diferentes taxas de*
608 *desenvolvimento econômico, que, por sua vez, resultam de diferentes níveis de*
609 *desenvolvimento tecnológico, os quais são consequências de condições históricas,*
610 *sociais e culturais específicas de cada região. As atuais políticas de isolamento*
611 *possuem um impacto relativamente menor entre as classes média e alta, e maior entre*
612 *os mais vulneráveis, trabalhadores informais e pequenos negócios, gerando perda de*
613 *renda para muitas famílias e empresas, significando que o nível de dívida do setor*
614 *privado poderá inviabilizar a capacidade de pagamento frente aos fluxos de caixa*

615 *esperados em uma possível depressão, podendo ocasionar um efeito dominó de*
616 *inadimplência e uma onda de falências. Tudo isto, somado aos níveis crescentes de*
617 *dívida pública, forma um cenário de recuperação mais lenta do que a que se seguiu à*
618 *crise de 2008, com o agravante de que a dinâmica da economia de mercado foi afetada,*
619 *provocando um choque adverso, simultaneamente, na oferta e na demanda, com efeitos*
620 *nas decisões de investimentos já tão reduzidos. Já se vislumbra uma depressão na*
621 *economia mundial, com impactos dramáticos sobre a economia brasileira. Aqui, ela*
622 *tende a ser ainda mais acentuada porque, além do ambiente externo desfavorável, o*
623 *país já convivia, após a profunda recessão de 2014-2016, com um reduzido dinamismo,*
624 *manifestado em taxas de crescimento muito baixas (1,3% em 2017 e 2018 e 1,1% em*
625 *2019). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua, a PNADc,*
626 *realizada pelo IBGE, relativa ao ano de 2019, quando comparada aos indicadores de*
627 *2015, registrou queda real de 25% do rendimento médio dos trabalhadores autônomos,*
628 *principalmente no comércio e nos serviços pessoais, de reduzida qualificação, que*
629 *perfazem parcela significativa da população ocupada no Nordeste. Isto tende a destruir*
630 *negócios e empregos (que não serão recuperados rapidamente), aumentar as*
631 *desigualdades e dizimar muitas vidas. Apenas a título de exemplificação, os dados da*
632 *PNAD Contínua recém-divulgados pelo IBGE para o primeiro trimestre de 2020*
633 *(portanto, levando em consideração dois meses sem interferência da Covid) já*
634 *evidenciam que a taxa de desemprego subiu em 12 estados brasileiros, notadamente*
635 *nas regiões norte e nordeste do país. A Bahia atingiu o ápice desse problema, com a*
636 *maior taxa de desemprego entre todos os estados brasileiros (18,7%). Outros estados*
637 *com maiores altas, na comparação com o último trimestre do ano de 2019, foram*
638 *Maranhão (3,9 pontos percentuais a mais, chegando a 16,1% no primeiro trimestre),*
639 *Alagoas (2,9 pontos percentuais, chegando a 16,5%) e Rio Grande do Norte (2,7 pontos*
640 *percentuais, chegando a 15,4%). Esse quadro tende a se agravar, pois a taxa de*
641 *desemprego do Brasil (que no primeiro trimestre atingiu 12,2% segundo a PNAD)*
642 *deverá fechar o ano, segundo as estimativas do IBRE/FGV, em 17,8% da PEA*
643 *brasileira. Ainda conforme a PNAD, entre os jovens de 18 a 24 anos a taxa de*
644 *desemprego saltou de 23,8% no último trimestre de 2019 para 27,1% no primeiro*
645 *trimestre de 2020 (no Nordeste, 34,1%). Por isso são esperados agravamentos nas*
646 *situações regionais, sobretudo para a população mais vulnerável. Também devem ser*
647 *acentuadas as questões de desigualdade de gênero e raça. Assim sendo, o COFECON*
648 *considera que as proposições do poder público deveriam enfocar, em especial, a*
649 *garantia do abastecimento, o auxílio financeiro e outros indiretos à população mais*
650 *carente, a ampliação da oferta de crédito, a desoneração tributária, e os benefícios*
651 *voltados à manutenção dos gastos e empregos. Nessa linha, algumas importantes*
652 *medidas já foram anunciadas pelo governo federal, tais como as linhas de crédito*
653 *especial para micro, pequenos e médios empresários, a prorrogação do pagamento de*
654 *alguns impostos federais, a renegociação de dívidas bancárias de longo prazo, a*
655 *suspensão do corte de água e luz por falta de pagamento, o programa de renda mínima*



656 para informais no valor de R\$ 600,00 por três meses, a inclusão de 1,2 milhão de
657 pessoas no Programa Bolsa Família, a liberação adicional do FGTS, a antecipação
658 do pagamento do abono salarial e do décimo terceiro salário dos aposentados do INSS
659 e a suspensão do recolhimento do FGTS pelas empresas por três meses. Infelizmente,
660 até a conclusão desta carta, muitas delas não saíram do papel e/ou não foram ainda
661 operacionalizadas integralmente. Governos estaduais e prefeituras têm igualmente
662 procurado adotar medidas, a exemplo da distribuição de cestas básicas para alunos
663 da rede pública, criação de programas de renda mínima para informais e isenção do
664 pagamento da conta de energia elétrica por 90 dias para pessoas de baixa renda, entre
665 outras. Espera-se que essas medidas amenizem a situação econômica dos estados e
666 municípios brasileiros e lhes possibilitem criar condições mínimas necessárias para
667 que a reativação econômica possa acontecer em 2021, ainda que de maneira lenta e
668 gradual. É importante perceber que se nada for feito as situações de pobreza e
669 desigualdades regionais deverão se agravar de forma muito rápida, com tendência de
670 reconcentração econômica, em detrimento das necessárias ações de integração
671 econômica das regiões brasileiras. Adicionalmente, a Comissão de Desenvolvimento
672 Regional do Conselho Federal de Economia sugere, nos respectivos âmbitos de
673 competência governamental, as seguintes diretrizes políticas: - Âmbito Federal: -
674 Regionalização deliberada de políticas e programas econômicos de nível nacional,
675 como é o caso de investimentos em infraestrutura e ciência e tecnologia. - Rigoroso
676 monitoramento das cadeias de distribuição para minimizar eventuais
677 desabastecimentos. - Ajuda fiscal a estados e municípios, incluindo a renegociação de
678 dívidas, sem o que a situação desses entes ficaria ainda mais crítica. - Destinação de
679 parte do fundo partidário ao combate da COVID-19. - Âmbito Estadual: - Reforço às
680 condições dos agentes locais de fomento com vistas à ampliação da oferta de crédito.
681 - Reorientação de orçamentos e gastos públicos de projetos e obras de infraestrutura
682 (com exceção da área de saúde) para auxílios diretos e indiretos à população,
683 revisitando inclusive o limite legal, como o Plano Plurianual e outros. - Âmbitos
684 Federal, Estadual e Municipal: - Fortalecimento dos mecanismos e canais de
685 financiamento do desenvolvimento regional, como é o caso dos fundos constitucionais,
686 bancos regionais, agências de fomento, fintechs e instituições de microcrédito. -
687 Programas regionais de reativação da economia em segmentos específicos, pactuadas
688 com Unidades da Federação e/ou consórcios públicos. - Estratégia nacional de
689 reativação do Desenvolvimento Econômico Territorial, com a criação de instrumentos
690 de estímulo à Economia Solidária, Negócios de Impacto Social, Arranjos Produtivos
691 locais, Sistemas Locais de Inovação e instituições microfinanceiras de base territorial.
692 - Reforma tributária redistributiva que possibilite financiar gastos públicos e
693 investimentos estratégicos sob um novo pacto federativo. - Distribuição de cestas
694 básicas para alunos da rede pública e pessoas carentes. - Restrição de demissões sem
695 justa causa durante um determinado período, aportando recursos públicos para ajudar
696 as empresas a arcarem com os custos salariais. - Isenção temporária de todos os



697 *tributos sobre a fabricação, importação e comercialização de produtos hospitalares*
698 *utilizados no combate ao COVID -19.”5.3 Nota de pesar. A assessora do Cofecon*
699 *Natália Lepsch Kenupp Batista apresentou a nota de pesar pelo falecimento do*
700 *economista Carlos Lessa, conforme solicitação do Presidente do Cofecon,*
701 *Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, aprovada com a seguinte redação: “É com*
702 *grande pesar que o plenário do Cofecon, reunido nesta sexta-feira, 5 de junho, tomou*
703 *conhecimento da morte do economista Carlos Lessa. Segundo relato da família, Lessa*
704 *faleceu aos 83 anos em decorrência do novo coronavírus e deixa três filhos e netos, a*
705 *quem o Cofecon presta os mais sinceros sentimentos. Por causa da pandemia de Covid-*
706 *19, haverá uma cerimônia virtual para despedida. O filho Rodrigo Lessa lamentou o*
707 *falecimento em uma rede social, destacando o legado do pai para o País. “Foi um*
708 *exemplo de amor incondicional pelo Brasil, coerência e honestidade intelectual,*
709 *espírito público, um professor como poucos e uma alma generosa que sempre ajudou*
710 *a todos que podia quando estava a seu alcance, um grande amigo. Que descanse em*
711 *paz”. Formado em Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil, hoje*
712 *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi mestre em Análise Econômica*
713 *pelo Conselho Nacional de Economia e doutor pelo Instituto de Filosofia e Ciências*
714 *Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Comprometido com a*
715 *profissão de economista, contribuiu ativamente com o Sistema Cofecon/Corecons,*
716 *sendo conselheiro federal em 1984 e presidente do Conselho Regional de Economia do*
717 *Rio de Janeiro (Corecon-RJ) em 1992. Autor de diversos livros, teve atuação destacada*
718 *na área econômica e combateu a ditadura militar, tendo sido exilado no Chile após o*
719 *Golpe de 1964. Entre as atuações de destaque em sua brilhante carreira, foi reitor da*
720 *Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2002; presidente do BNDES em 2003; foi*
721 *um dos fundadores do Instituto de Economia do RJ (IERJ) e auxiliou a fundação do*
722 *Instituto de Economia da Unicamp; foi economista do Instituto Latino Americano de*
723 *Planificación Económica e Social da ONU; e consultor da Fundação para o*
724 *Desenvolvimento da Administração Pública de São Paulo. Ao lamentar a perda*
725 *irreparável, o Cofecon reconhece a brilhante trajetória e os valores que sempre*
726 *nortearam a conduta deste economista que, sem dúvida, dignificou a nossa profissão e*
727 *contribuiu para o desenvolvimento do nosso País”.* **6. Outros Assuntos.** Não houve.
728 **7. Encerramento.** O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, agradeceu a
729 presença de todos e, às 19h23, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes
730 da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo
731 presidente da Sessão. Brasília, cinco de junho de dois mil e vinte.

732

733 **Econ. Antonio Corrêa de Lacerda**
734 Presidente do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*